



OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE



CAMPANHA
CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES



MINHA CIDADE ESTÁ SE PREPARANDO!

Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 28/02/2020



Uma tipologia de resiliência comunitária a inundações

O risco de inundação está aumentando em todo o mundo e há uma necessidade crescente de entender melhor os co-benefícios dos investimentos em resiliência a desastres. Utilizando um conjunto de dados multinacional de resiliência de inundação da comunidade, este documento adota uma abordagem sistêmica para entender a resiliência de inundação no nível da comunidade. Utilizando uma análise de cluster e métodos de correlação bivariada, foi desenvolvida uma tipologia da capacidade de resiliência a inundações da comunidade com base nas características da comunidade e em cinco capitais (humanos, financeiros, naturais, físicos e sociais). Os resultados reforçam a importância da formulação de políticas específicas ao contexto e dão recomendações de quatro grupos distintos para investigar a relação entre a resiliência às inundações e as condições de desenvolvimento prevalentes. Verificou-se que as comunidades com interações mais altas entre suas capacidades de capital tendem a ter níveis mais altos de resiliência a inundações. Além disso, há indicações de que interações mais fortes entre as capacidades da comunidade podem ajudar a induzir múltiplos co-benefícios ao investir na resiliência a desastres. Os resultados também têm implicações políticas importantes no nível da comunidade individual. Por exemplo, com base nos resultados, sugeriu-se que comunidades com capacidades e interações mais baixas de resiliência às inundações podem criar melhor resiliência ao aproveitar suas capacidades relativamente mais altas de capital humano para fortalecer os capitais financeiros e sociais. Efeitos negativos podem ocorrer para as comunidades urbanas quando os co-benefícios do capital natural e físico não estão totalmente integrados. A maior capacidade de resiliência a inundações é encontrada em comunidades com uma distribuição de renda familiar bem equilibrada, o que provavelmente é um fator que contribui para a importância do capital financeiro para esse cluster. Os resultados enfatizam a importância de uma abordagem integrativa para o gerenciamento ao implementar métricas sistemáticas de resiliência a desastres por inundação e medidas de desenvolvimento.

FONTE: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10113-020-01593-x>



Construindo infraestrutura resiliente para o futuro: documento de base para o grupo de trabalho sobre sustentabilidade climática do G20

Este documento de trabalho concentra-se na construção de infraestrutura e oportunidades resilientes para futuras parcerias e sinergias regional e internacional.

Foi preparado para fornecer subsídios para discussões na reunião do Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade Climática do Grupo dos Vinte (G20) em Tóquio, Japão, em fevereiro de 2019. Ele fornece insights sobre a experiência e as lições aprendidas pelo Banco Asiático de Desenvolvimento sobre infraestrutura resiliente e destaques oportunidades para futuras parcerias e sinergias com parceiros nas comunidades de desenvolvimento e finanças regional e internacionalmente. Também explora novas modalidades de financiamento para a construção de infraestrutura resiliente.

FONTE: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/519821/sdwp-061-building-resilient-infrastructure-future.pdf>



Defesa Civil divulga calendário de cursos

A Secretaria de Proteção e Defesa Civil divulgou o calendário de cursos voltados ao aprimoramento técnico dos profissionais que atuam na gestão de risco de desastres. Nos cursos são transmitidos conceitos e metodologias para diagnosticar, mapear e planejar a prevenção de desastres socioambientais.

Os interessados devem estar vinculados aos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). Todos os cursos serão ministrados na sede da secretaria, que fica no Km 29 da Rodovia Amaral Peixoto, em Itapeba (ao lado do quartel do Corpo de Bombeiros em Maricá).

Para se inscrever, os candidatos devem encaminhar e-mail para cursosdcmarica@gmail.com, com os seguintes dados: nome completo, nome da

instituição à qual está vinculado, função exercida, município/estado, número do documento de identidade, escolaridade, endereço de e-mail e telefone para contato.

Veja abaixo o calendário completo dos cursos em 2020:

- Hidrologia Aplicada às Ações de Proteção e Defesa Civil – inscrições de 27/02 a 26/03; aulas de 14 a 17/04
- Análise de Risco Geológico – inscrições de 30/03 a 16/04; aulas de 25 a 29/04
- Vistoria Estrutural em Ações de Proteção e Defesa Civil – inscrições de 04/05 a 16/05; aulas de 29/06 a 03/07
- Gestão de Desastres Climatológicos – inscrições de 22/06 a 09/07; aulas de 17 a 21/08

FONTE: <https://www.marica.rj.gov.br/2020/02/20/defesa-civil-divulga-calendario-de-cursos/>



Termos de Referência para a Comissão Real em Acordos Nacionais de Desastres Naturais

Uma Comissão Real nacional contra os devastadores incêndios florestais no Verão Negro da Austrália estabeleceu um acordo do Governador-Geral, Sua Excelência o Honrável David Hurley AC DSC (aposentado).

O governo de Morrison divulgou os Termos de Referência para a Comissão Real dos Acordos Nacionais de Desastres Naturais, informados por comentários de estados e territórios.

O primeiro-ministro Scott Morrison disse que a escala dos incêndios florestais no verão negro apresentava novos desafios para todos os níveis do governo, o que exigia uma investigação nacional detalhada.

O Primeiro Ministro escreveu a todos os Premiers do Estado, convidando-os a emitir comissões simultâneas sob seus respectivos marcos legais para as Comissões Reais.

FONTE: <https://www.pm.gov.au/sites/default/files/files/tor-nat-royal-commission-black-summer-bushfires.pdf>

Quase 80% dos australianos foram afetados de alguma forma pelos incêndios, segundo uma nova pesquisa

Por Nicholas Biddle, et al.

No mês passado, a Universidade Nacional Australiana contratou o Centro de Pesquisa Social (SRC) para pesquisar mais de 3.000 adultos australianos sobre suas experiências e atitudes relacionadas aos incêndios florestais.

O estudo é o primeiro de seu tipo a avaliar como as pessoas foram afetadas pela crise e como ela mudou sua opinião sobre diversos assuntos, da mudança climática à resposta do governo.

Mais da metade dos australianos sentiu ansiedade

Nossa pesquisa mostra que a grande maioria dos australianos foi atingida de alguma forma pelos incêndios. Perguntamos sobre oito formas diferentes de impacto, de propriedades perdidas a planos de férias interrompidos e dificuldade em respirar pela fumaça.

Cerca de 14,4% de nossos entrevistados experimentaram exposição direta aos incêndios, seja por danos materiais ou evacuações.

Podemos extrapolar ainda mais analisando as estimativas populacionais do ABS e o número de visitantes em áreas afetadas pelos incêndios florestais da Pesquisa Nacional de Visitantes para estimar o número total de pessoas diretamente afetadas em cerca de 3 milhões.

E 77,8% de nossos entrevistados relataram exposição indireta aos incêndios, como ter um amigo ou membro da família com propriedades danificadas ou ameaçadas, interromper os planos de viagem ou férias, ser expostos aos efeitos físicos da fumaça ou sentir-se ansioso ou preocupado com os incêndios.

Dividindo os dados por categoria individual, a gravidade dos desafios de saúde pública se torna mais clara.

Quase seis em cada 10 entrevistados (57%) disseram que foram fisicamente afetados pela fumaça, enquanto 53,6% disseram sentir-se ansiosos ou preocupados com os incêndios.

Confiança no governo declinou

O estudo de eleição australiano de longa data mostrou que a confiança no governo federal diminuiu substancialmente nas últimas décadas.

As crises têm o potencial de restaurar parte dessa confiança se forem tratadas de maneira eficaz e transparente. No entanto, a administração do governo da recente crise de incêndios florestais parece ter tido o efeito oposto.

A confiança no governo federal diminuiu 10,9 pontos percentuais, de 38,2% em nossa pesquisa em outubro de 2019 para 27,3% em janeiro de 2020.

A confiança em outras instituições, entretanto, foi bastante estável no período de quatro meses e superior à do governo federal. Os serviços rurais de combate a incêndio tiveram o nível mais alto de confiança do público em nossa pesquisa, com 92,5%.

Também encontramos um declínio significativo na porcentagem de pessoas que disseram que votariam na Coalizão se uma eleição fosse realizada naquele dia. Isso caiu de 40,4% em outubro de 2019 para apenas 34,8% em janeiro de 2020 - quase mesmo entre aqueles que disseram que votariam no Trabalho em janeiro (33,4%).

Aumento significativo da preocupação com o aquecimento global

Também rastreamos mudanças significativas nas atitudes das pessoas em relação ao meio ambiente.

Por exemplo, 49,7% das pessoas relataram o meio ambiente como um dos dois principais problemas enfrentados pela Austrália em janeiro de 2020, em comparação com 41,5% dos entrevistados em outubro de 2019.

Outra descoberta interessante: 10,2% relataram incêndios, desastres naturais ou condições climáticas extremas como a questão mais ou a segunda mais importante para os australianos, acima dos quase inexistentes em outubro de 2019.

Nossas descobertas mostraram uma preocupação consistentemente maior entre os australianos quando se trata de questões ambientais específicas. Comparando as respostas de nossa pesquisa de janeiro de 2020 e de uma ANUpoll de 2008, observamos dois grandes aumentos na preocupação com a perda de vegetação nativa, espécie animal ou biodiversidade (13 pontos percentuais) e seca e secagem (nove pontos percentuais).

Houve um aumento ainda maior na proporção de pessoas que acreditam que o aquecimento global ou as mudanças climáticas afetarão suas vidas.

Quase três quartos (72,3%) dos entrevistados disseram que o aquecimento global era uma ameaça muito séria ou bastante séria, um aumento substancial em relação aos 56% que o disseram em 2008.

A maioria dos habitantes das capitais disse que considerava o aquecimento global um problema muito sério (62%) ou uma ameaça (74,9%). Talvez ainda mais surpreendente, no entanto, tenha sido o fato de essas opiniões serem compartilhadas

por pessoas em cidades não capitais (52% disseram que era muito grave, 65,5% disseram que era uma ameaça).

O apoio a novas minas de carvão também diminuiu acentuadamente nos últimos oito meses. Em nossa pesquisa de janeiro, 37% dos entrevistados disseram que o governo deveria permitir a abertura de novas minas de carvão, ante 45,3% em uma pesquisa da ANU de junho de 2019.

Embora a exposição aos incêndios pareça ter tornado as pessoas mais conscientes das questões ambientais, a queda no apoio a novas minas de carvão não parece ter sido impulsionada pela própria crise. Em vez disso, parece ser consistente em toda a população, com o maior declínio ocorrendo entre os que votaram na Coalizão nas eleições federais de 2019 (57,5% apoiaram novas minas em janeiro de 2020, ante 71,8% em junho de 2019).

Ainda há muito trabalho a ser feito para entender completamente as atitudes das pessoas em relação às mudanças climáticas e como isso se correlaciona com desastres naturais, como incêndios florestais.

Mas os dados da nossa pesquisa oferecem oportunidades para pesquisas futuras e novas ideias e serão disponibilizados no Australian Data Archive. Pesquisas futuras podem testar mudanças nas atitudes das pessoas, levando em consideração diferentes variáveis e rastrear como essas atitudes mudam ao longo do tempo.

FONTE: <https://theconversation.com/nearly-80-of-australians-affected-in-some-way-by-the-bushfires-new-survey-shows-131672>



Eventos climáticos extremos que causam a maioria das migrações

Por Hridayesh Joshi

Uma profecia sombria feita anos atrás por cientistas e especialistas em clima está se tornando realidade agora. Em todo o mundo, o efeito dos desastres está deslocando mais pessoas em comparação com outros motivos de deslocamento, como conflitos e violência.

"Sessenta e um por cento (17,2 milhões) desses novos deslocamentos foram desencadeados por desastres e 39% (10,8 milhões) foram causados por conflitos e violência", diz o relatório.

"Você fala sobre pessoas deslocadas internamente, mas há pessoas que são deslocadas através das fronteiras. Eles precisam sair de repente de sua habitação e encontrar refúgio em outros países. Então, eles se tornam refugiados climáticos. É

importante e acho que isso pode ser equiparado ao tráfico de pessoas ou à situação de conflito que afasta as pessoas por causa de conflitos e violência” [Binod Khadria, co-editor do Relatório sobre Migração Mundial] disse a Mongabay-Índia.

Relatórios do IPCC destacaram que o aquecimento global está aumentando a intensidade e a frequência de desastres naturais e eventos climáticos extremos. Dada a sua geografia e vasta costa, a Índia está entre os países mais vulneráveis no cenário em mudança. Nos últimos dois anos, o país foi atingido por pelo menos um evento climático extremo a cada mês.

FONTE: <https://india.mongabay.com/2020/02/extreme-weather-events-causing-most-migration/>



Sistema ONU discute apoio ao desenvolvimento do Brasil a partir das prioridades do país

O diretor regional para a América Latina e o Caribe do Escritório das Nações Unidas de Coordenação para o Desenvolvimento, Christian Salazar, esteve no Brasil para uma série de reuniões com o governo brasileiro e com a equipe de país da ONU, de 17 a 19 de fevereiro.

Salazar esteve com o vice-presidente da República, General Hamilton Mourão, e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, para conversar sobre as prioridades do Brasil, sobre os grandes desafios globais e sobre o apoio da ONU ao desenvolvimento sustentável do país.

O diretor regional foi acompanhado pelo coordenador-residente da ONU no Brasil, Niky Fabianic. A visita ocorreu no momento em que o Sistema ONU se prepara para iniciar a negociação de um novo marco de cooperação com o Brasil.

O documento traça as diretrizes de colaboração entre a ONU e o país por um prazo de cinco anos. O atual marco de cooperação está vigente até 2021, e a elaboração do novo documento deve começar no final de 2020.

Durante a reunião com o vice-presidente, o general Mourão destacou o fluxo de venezuelanos chegando ao Brasil e a resposta coordenada oferecida pelo governo brasileiro com liderança do Exército e pela ONU.

Ele apontou outras áreas em que o apoio da ONU é crucial para o Brasil, como o combate à pobreza, o aprimoramento do sistema de educação, o combate ao desemprego e a segurança pública.

O vice-presidente ressaltou ainda seu papel no Conselho da Amazônia: “Nosso objetivo é promover proteção, preservação e desenvolvimento, que na Amazônia só pode ser sustentável”.

O ministro Toffoli agradeceu pela inovadora parceria da ONU com o Sistema Judiciário para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e destacou que o novo modelo de gestão do Judiciário prevê que todos os atores trabalhem juntos na prevenção de problemas, e não apenas na resolução de conflitos.

Ele destacou ainda o potencial de cooperação regional. “Temos aqui no Brasil práticas do sistema Judiciário que podem ser replicadas em outros países”.

Atuação coordenada

A integração entre as agências especializadas, fundos e programas do Sistema ONU é uma prioridade. As diversas entidades que compõem o Sistema das Nações Unidas devem trabalhar de forma coordenada e colaborativa, para oferecer respostas efetivas aos desafios de cada país e aos grandes temas globais, como o combate à pobreza, a redução das desigualdades e a crise climática.

As lideranças das 24 agências da ONU presentes no país se reuniram nos dias 18 a 19 de fevereiro e discutiram, com base nos planos e prioridades do Brasil, a linha de ação que o Sistema ONU seguirá nos anos de 2020 e 2021.

O biênio 20/21 marca a finalização do atual marco de cooperação das Nações Unidas com o Brasil. Em sua apresentação às lideranças das entidades da ONU, Salazar destacou a importância desse processo de planejamento para garantir que as ações do Sistema ONU causem impactos positivos no país. “O mundo está mudando constantemente, por isso é tão importante termos tempo para refletir”, disse.

De acordo com Salazar, vemos diferentes tipos de crises em várias regiões do mundo, inclusive na América Latina. “Podemos ver o aumento das demandas para que a ONU ajude a lidar com crises na região, por isso precisamos ter visão estratégica e construir nossas ações com base em nossas fortalezas”, afirmou.

Ele destacou ainda as cinco prioridades globais da ONU: implementação dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável; prevenção de crises; parcerias e financiamento estratégico; não deixar ninguém para trás e garantia de direitos humanos; e inovação nas operações da ONU.

A reunião contou também com apresentações de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para que as entidades que compõem o Sistema ONU no Brasil tivessem clareza sobre as prioridades do Brasil para o próximo biênio e, com isso, pudessem planejar suas ações de modo a apoiar o país.

“Não podemos perder de vista que nossa razão de ser é servir ao país e trabalhar para reduzir as desigualdades, melhorar a qualidade de vida e ampliar o acesso a oportunidades”, afirmou Fabiancic.

FONTE: <https://nacoesunidas.org/sistema-onu-discute-apoio-ao-desenvolvimento-do-brasil-a-partir-das-prioridades-do-pais/#gallery-174304-1-slideshow>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>